

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

LA CONSTRUCTION DE LA NATION DANS LES MANUELS DIDACTIQUES DE GÉOGRAPHIE DE LA PREMIÈRE RÉPUBLIQUE

NAIEMER RIBEIRO DE CARVALHO

Graduada e Mestre em Geografia (UFMG)

Técnica em Assuntos Educacionais da UFMG

naiemer@yahoo.com.br

RESUMO: ESSE ARTIGO ANALISA A PRESENÇA DE UMA IDEOLOGIA NACIONAL E A COMPREENSÃO DE COMO SE FORMOU E SE CRIOU UMA IDEIA E IMAGEM DE BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930). ESSE PERÍODO DECISIVO À AFIRMAÇÃO E DEFINIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA REPRESENTOU A TRANSIÇÃO DA IDEOLOGIA IMPERIAL, AINDA LIGADA À PORTUGAL, PARA UMA IDEOLOGIA NACIONAL COM UM ESTADO-NAÇÃO FORTE, CIVIL E REPUBLICANO. A UNICIDADE E A CENTRALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ERAM VALORES IMPRESCINDÍVEIS. PARA O PENSAMENTO GEOGRÁFICO, SUA CONSOLIDAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO NO BRASIL INCLUIU-SE A PARTICIPAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR. O CABEDAL TEÓRICO-METODOLÓGICO MOBILIZADO PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO E DA REALIDADE VIVIDA À ÉPOCA E REGISTRADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA SE APOIOU NA ANÁLISE HISTÓRICA DO PERÍODO, DA GEOGRAFIA ESCOLAR E DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. DESTA CONJUNÇÃO FORAM EXTRAÍDAS AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: NATUREZA E TERRITÓRIO; E CIVILIZAÇÃO E MODERNIDADE. ELAS NOS AUXILIARAM A PERCEBER AS TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS E CONCEITUAIS ATUANTES NO IMAGINÁRIO PASSADO SOBRE O TERRITÓRIO NACIONAL, PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E CONSTITUINTES DAQUELE PENSAMENTO GEOGRÁFICO.

PALAVRAS-CHAVE: GEOGRAFIA; IDEOLOGIA; DISCURSO; NACIONAL; ESCOLAR.

RÉSUMÉ: CETTE RECHERCHE ANALYSE LA PRÉSENCE D'UNE IDÉOLOGIE NATIONALE DANS LES MANUELS DIDACTIQUES DE GÉOGRAPHIE AU COLLÈGE, CHERCHANT À COMPRENDRE COMMENT L'IDÉE ET L'IMAGE DU BRÉSIL SE SONT FORMÉES AU COURS DE LA PREMIÈRE RÉPUBLIQUE (1889-1930). CETTE PÉRIODE DÉCISIVE DE L'AFFIRMATION ET DE LA DÉFINITION DE LA NATIONALITÉ BRÉSILIENNE EST REPRÉSENTÉE PAR LA TRANSITION DE L'IDÉOLOGIE IMPÉRIALE, ENCORE LIÉ AU PORTUGAL, À UNE IDÉOLOGIE NATIONALE, RECONNUE POUR SON ÉTAT-NATION FORTE, CIVIL ET RÉPUBLICAIN. LE CARACTÈRE UNIQUE ET LA CENTRALISATION DU TERRITOIRE ÉTAIENT DES VALEURS ESSENTIELLES. AU BRÉSIL, LA CONSOLIDATION ET LA SYSTÉMATISATION DE LA PENSÉE GÉOGRAPHIQUE INCLUAIENT LA PARTICIPATION DE LA DISCIPLINE SCOLAIRE. LES MANUELS DIDACTIQUES DE GÉOGRAPHIE PRÉSENTENT UN CADRE THÉORIQUE ET MÉTHODOLOGIQUE SERVANT À LA COMPRÉHENSION DE L'ESPACE ET À DÉCRIRE LA RÉALITÉ VÉCUE DE L'ÉPOQUE, QUI EST FONDÉ SUR UNE ANALYSE HISTORIQUE DE LA PÉRIODE, LA GÉOGRAPHIE SCOLAIRE ET LA PENSÉE GÉOGRAPHIQUE. À PARTIR DE LA CONJONCTION, IL A ÉTÉ POSSIBLE D'EXTRAIRE LES CATÉGORIES D'ANALYSE: NATURE ET TERRITOIRE ET CIVILISATION ET MODERNITÉ. CELLES-CI SONT PRÉSENTES AUX MANUELS DIDACTIQUES DE GÉOGRAPHIE ET CONSTITUENT LA PENSÉE GÉOGRAPHIQUE, EN PLUS DE NOUS AIDER À COMPRENDRE LES TRANSFORMATIONS MATÉRIELLES.

MOTS CLÉS: GÉOGRAPHIE; IDÉOLOGIE; DISCOURS; NATIONAL; SCOLAIRE.

INTRODUÇÃO

A construção da ideologia¹ nacional – assim como os sentidos e significados que a nação² adquire na história do Brasil – e a forma como ela produz sentidos a partir do discurso³ nacionalista nos livros didáticos de geografia da Primeira República (1889-1930) é o que se buscou compreender na pesquisa que orienta este artigo. Pretendeu-se ainda compreender qual foi sua relação com a consolidação da geografia enquanto campo científico e escolar a partir de então.

No Brasil, a construção do Estado-Nação necessitou de um período de quase um século: o século XIX. Após a Independência é que se iniciam os processos de formação da identidade nacional e de consolidação do Estado. Durante o Império, o que se viu foram estratégias que buscavam, desde a manutenção da unidade do território, da língua até a implementação da escola pública. As tentativas de construção da nacionalidade, até então, concentravam-se nas mãos de poucos letrados, muitas vezes, ainda no nível da literatura nacional. A consolidação destas e de outras estratégias de afirmação da nacionalidade ocorreu somente com o advento da República em 1889. Esta consolidação não significou, no entanto, a finalização desse processo. Ao contrário, permanece até os dias atuais.

A hipótese com que trabalhamos é que o início do processo de construção da nacionalidade deu-se no período colonial, mas sua formulação foi sendo explicitada durante o período imperial, quando se rompe com a dependência da metrópole; e sua consolidação, na Primeira República⁴.

Na Primeira República, o próprio Estado se empenha na construção de um projeto de nação e coloca a educação como um dos principais pilares para a circulação destas novas ideias. Assim, a escola passa a ter um papel fundamental na formação destes ‘brasileiros’. E as disciplinas escolares, como é o caso da geografia, da história e da língua portuguesa, estiveram intimamente

envolvidas com esse processo.

É um momento em que se pode perceber em riqueza de detalhes, nos debates da época e nos registros de tempos sobrepostos, o processo de produção de sentidos. Os livros didáticos, não somente enquanto textos, mas enquanto acesso a esse discurso, registraram esta sobreposição de tempos em que convivem elementos residuais e progressistas, ainda sem hegemonia social. E por estes motivos, era um discurso aberto e ao mesmo tempo fechado: polissêmico e incompleto; e também portador de elementos de permanência e da memória.

Desde então a ideia de civilização passa a fazer parte deste processo, como um ideal, fortemente demandado de fora, a ser alcançado. Para chegar à civilização, no entanto, havia alguns impedimentos, a nação ainda não estava plenamente constituída e a existência da escravidão era uma sombra neste processo. Como disseminar essas discussões para além dos debates intelectuais? Uma das respostas dadas pelo Estado foi através da escolarização. A unidade do território ainda era cultuada, mas também passou a ser questionada e valorizada, a diversidade desse território e sua integração. A unidade do território deveria contemplar também a unidade moral e social do país e a integração econômica. Nesse sentido, a escolarização ganha um papel de destaque no período, pois ainda se colocava em questão a padronização da língua, a literatura nacional, a caracterização do povo, ou seja, uma integração nacional também simbólica (DUTRA, 2005). Dentro deste debate, a civilização e a modernização da economia apareciam como um ideal a ser atingido pelo país, algo que só poderia ser feito tendo se estabelecido a unidade moral e a integração do território. Este talvez fosse o único consenso.

Estes elementos, debatidos pela elite letrada, apareceram também nos livros didáticos de geografia do período. Pretendia-se uma educação cívico-patriótica, que ensinasse aos cidadãos o que era ser brasileiro, os valores e símbolos do novo regime (GOMES, 2009). A história da geografia enquanto disciplina escolar

também nos auxiliou neste processo. Pudemos constatar uma relação entre a sua constituição enquanto disciplina escolar oficial e o período em que se começa a ser discutida a nação no Brasil. Inicialmente com a criação do Colégio Pedro II esta relação ainda não se demonstrava diretamente nos conteúdos, apenas em sua própria oficialização. A partir de da década de 1850, esta relação se estabelece também com o currículo e o conteúdo, instituindo oficialmente a geografia e a história do Brasil. O objetivo da escola não era somente a disseminação da nação, mas também o aperfeiçoamento do indivíduo⁵.

No entanto, é no período republicano que podemos observar uma intenção direta do Estado e dos autores em transformar a educação num veículo da ideologia nacional e dos valores da civilização. A formação do que deveria ser o povo brasileiro e a criação de um sentimento nacional estava presente nos livros didáticos de geografia, e também se percebia um apelo à padronização definitiva da língua e à integração do território.

A geografia enquanto disciplina acadêmica ainda não era institucionalizada no país, mas já possuía por mais de um século uma participação direta no cotidiano da nação, seja através dos institutos e sociedades, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), seja como disciplina escolar oficial com o currículo regulamentado e centralizado desde a criação do Colégio Pedro II. Por isso podemos afirmar que tanto os conhecimentos produzidos nos institutos quanto os produzidos na disciplina escolar, participaram da consolidação e sistematização do conhecimento geográfico no Brasil, culminando em sua institucionalização na década de 1930⁶.

Os livros didáticos, que seguiam o currículo oficial, foram um importante instrumento da padronização do ensino⁷. Com eles, os professores e alunos de qualquer parte do país tinham acesso ao currículo oficial. Os autores buscaram enquadrá-los às influências externas de cada um dos campos científicos e à realidade brasileira, buscando com isso a formação dos cidadãos brasileiros. Além disso, os livros didáticos eram portadores de outros discursos, como o da

civilização, do progresso, e da modernização, todos inerentes a construção de um futuro ideal para o país. Com a expansão do ensino neste período, as editoras possuíam um grande número de livros didáticos em seus catálogos permitindo ampla circulação no território. E a imagem de Brasil elaborada por eles, poderia assim, formar as novas gerações em várias regiões do país.

Os livros que fazem parte desta pesquisa foram fruto de uma longa busca por acesso a um material tão raro. Raro, não por sua escassez, poucas edições ou distribuição limitada. Alguns permaneceram nos bancos das escolas por décadas. Sua raridade advém justamente desta especificidade, serem livros didáticos, materiais descartáveis, pouco valorizados. Mesmo nas grandes bibliotecas de referência em nosso país, uma pesquisa pelos acervos indica a pouca quantidade destes materiais e que se encontram espalhados. Alguns deles são encontrados repetidamente, o que talvez indique sua dispersão no território, outros, encontramos quase que por acaso, como se não houvesse registro sobre eles. Apesar das dificuldades de acesso, buscamos por autores considerados importantes para o período, como Delgado de Carvalho, Horacio Scrosoppi e outros. Outro ponto importante notado nestes livros é a referência ao currículo adotado pelo Colégio Pedro II que tornou-se referência para todo o ensino secundário do país durante quase um século. Seus professores eram intelectuais e escritores renomados e tornaram-se também autores de livros didáticos. Na capa de vários desses livros pode-se ler “Livro adoptado no Collegio Pedro II” (CARVALHO, 1927) ou “Conforme o programa do Collegio Pedro II onde são adoptadas de preferencia a qualquer outro compendio” (SCROSOPPI, 1922).

Os livros analisados foram:

- **Curso Methodico de Geographia Physica, Política e Astronômica: Composto para uso das Escolas Brasileiras**, de Joaquim Maria de Lacerda, 1895, 6ª Ed;

- **Noções de Geografia do Rio grande**

do Sul, Brazil e Globo Terrestre, de Affonso Guerreiro Lima, 1911;

- **Noções de Geografia: Curso complementar – I Parte**, também de Affonso Guerreiro Lima, porém do ano de 1935;

- **Geographia especial ou Chorographia do Brazil**, de Carlos de Novaes, 1912;

- **Geographia do Brasil**, de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, 1927, 3ª Ed. (sendo a primeira edição de 1913).

- **Lições de Chorographia do Brasil**, de Horacio Scrosoppi, 1922, 4ª Ed.

A análise dos conteúdos dos livros também possuiu um foco específico. O objetivo da pesquisa foi identificar a ideologia nacional nos livros didáticos de geografia deste período. Sendo assim, o que se buscou analisar foi o discurso nacionalista, que no período, tinha como base um discurso sobre a civilização e sobre o progresso. Nesse sentido, desconsiderou-se os trechos que não coadunam com esta perspectiva, muitos deles da chamada geografia física ou trechos puramente descritivos⁸.

COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE OS LIVROS ANALISADOS

Dos livros analisados pudemos perceber uma dificuldade em absorver as inovações do conhecimento científico e pedagógico produzidas no exterior e, em parte, aqui. Nesse sentido, o livro de Delgado de Carvalho (1927) se destaca do restante, pois embora alguns autores tentassem incluir algum tipo de renovação, os conteúdos de seus livros em muito ainda se baseava no arranjo discursivo mnemônico⁹. A sistematização do conhecimento geográfico também estava em curso, pois na estrutura dos conteúdos utilizada pela maioria dos autores analisados, o recorte eram os estados brasileiros, e não temas geográficos. Capítulos continham definições geográficas

superficiais seguidas da divisão por localização. Esta divisão também indica a importância que as divisões jurídico-administrativas foram tomando na sociedade moderna, ou seja, do próprio Estado-Nação, pois é a partir delas que se organizam as sociedades e se estabelecem acordos entre elas.

Nesse período também, os livros passam a contar com maiores possibilidades gráficas de inclusão de imagens e mapas. O uso desses recursos disseminou-se desde então nos livros didáticos. Como essas imagens e mapas relacionam-se com o conteúdo será comentado durante a análise dos livros. Somente o livro de Delgado de Carvalho (1927) não possui imagens. O autor talvez tenha preferido dar um cunho mais científico ao trabalho utilizando-se apenas de mapas e tabelas. As imagens, fotografias e desenhos utilizados pelos outros autores podem ser divididos em duas categorias: aquelas que mostram a natureza exuberante e fornecedora de recursos para o progresso do país e garantidora de uma posição do país na divisão internacional do trabalho, e aquelas da conquista da modernidade e da modernização, em especial as cidades como monumentos da civilização e as atividades produtivas modernas, mostrando as possibilidades de o Brasil acertar o passo no atraso econômico e se tornar potência sem tardar.

E foi deste contexto que retiramos nossas categorias de análise, tendo em vista a relação entre o conhecimento geográfico veiculado nos livros didáticos, o contexto republicano e a ideologia nacional e o discurso nacionalista: a Natureza e o Território; a Civilização e a Modernidade; e o Povo e a Cidadania. Abaixo faremos uma breve exposição de cada uma dessas categorias e algumas de suas ilustrações.

A categoria **Natureza e Território** contem os discursos que recorrem em seus conteúdos à evocação das qualidades da natureza e à ocupação e povoamento do território a fim de compor as ideologias nacionais do período republicano. Por se tratar de um tema amplo, decidimos subdividi-lo em dois grandes grupos:

1. *A exaltação da natureza*: presente desde

o período colonial, permanecendo no período imperial e republicano como uma ressonância, uma memória persistente. Desde a descoberta e da carta de Pero Vaz de Caminha, a ideia da natureza como paraíso ou inferno terrestre esteve presente em vários registros, como nos relatos de viajantes.

No livro de Lacerda (1895), a primeira imagem que aparece do Brasil é um desenho com a legenda *Floresta das regiões tropicais* (Figura 1), uma imagem completamente preenchida de árvores e outras espécies vegetais, provocando uma sensação de sufocamento perante a quantidade e a variedade dos vegetais:



Figura 1 | *Floresta das regiões tropicais*.
Fonte: Lacerda (1895, p. 327)

As gravuras escolhidas para comporem os livros indicam uma imagem que se pretende criar para o Brasil. Aquelas imagens pertencentes à categoria da natureza exuberante e fornecedora de recursos para o progresso do país acabam por reforçar o mito da exuberância. Também aparecem neste quesito o mito da fertilidade do solo, em alguns momentos exaltada, mas em outros rechaçada através da defesa da utilização correta das técnicas de agricultura. Outra forma de exaltação da natureza, agora sob o verniz da ciência, aparece nos trechos sobre a hidrografia. São enumeradas as bacias, seus principais rios, suas características de extensão e volume d'água, e uma lista de seus afluentes. Esses dados permitiam incutir a perspectiva de que o potencial hídrico apoiará no futuro o progresso do país pautando a matriz energética na força hidráulica.

No livro de Lima (1935), a hidrografia é exaltada através da quantidade: o autor fornece uma extensa lista com os nomes dos afluentes dos rios principais das bacias. O potencial para a produção de energia hidráulica de cada rio é, inclusive, apresentado pelo autor na Figura 2:



Figura 1 | *A cascata Herval, no município de São Leopoldo, com 105 metros de altura*. Fonte: Lima (1935, p. 90)

pautar expressamente a diferença. Nesse período ainda não existia uma divisão regional política oficial. As regionalizações presentes nos livros didáticos estavam relacionadas, em sua grande maioria, às características naturais de relevo, vegetação e clima. No entanto, a valorização das particularidades regionais já aparece, não só com relação aos recursos, mas também, à população.

A categoria **Civilização e Modernidade** foi subdividida em dois tópicos:

1. *A civilização, a modernidade e seus símbolos*: A modernidade, nesse período, era sinônimo de civilização. Mais que isso, as cidades, monumentos, praças, bibliotecas, museus, jardins botânicos, representavam grafias da civilização nos trópicos, especialmente no Brasil. Aliada ao progresso e à modernidade, alcançar a civilização era um dos destaques do discurso nacionalista republicano. Nesse sentido, se fazia necessário demonstrar, através de suas cidades, o alcance do par civilização/ciência no país.

A cidade foi valorizada nos aspectos arquitetônicos, de transporte e circulação, os monumentos, as melhorias nas condições sanitárias e do controle de doenças e epidemias - nas cidades e na selva também -, as diversões e a sociabilidade urbana. A cidade aparece como uma representação, um símbolo, da modernidade da nação, medida da condição

social, da prosperidade econômica e do progresso brasileiros. Por isso grande parte das ilustrações dos livros são dedicadas a elas. As figuras 4 e 5 abaixo, demonstram a valorização destes dois aspectos da civilização: o aspecto arquitetônico e o ordenamento urbano.

Se a nação é construída internamente, afirmando sua diferença com as outras nações através da língua, cultura, literatura, povo, natureza e território, ela também é construída externamente, mostrando fazer parte do concerto internacional das nações através da adoção dos ritos do progresso, pela prática da ciência e das artes. É a elevação do particular ao universal, e as nações civilizadas deveriam participar desse universal. A República seria a patrocinadora dessa trajetória do país rumo ao concerto científico, moderno e progressista internacional. Esses elementos de destaque para a civilização, a modernidade e seus símbolos estão presentes em todos os livros analisados.

2. *A modernização e a economia - a técnica e o progresso*: Se a civilização era o objetivo a ser alcançado, a modernização do país indicaria o caminho a ser trilhado. A técnica adquiriu um lugar central nesse processo, e a necessidade de integração do território exigia que a modernização chegasse também ao interior. A riqueza ali produzida poderia levar o país a alçar lugar dentre os países capitalistas avançados, pois a agricultura era a principal atividade econômica

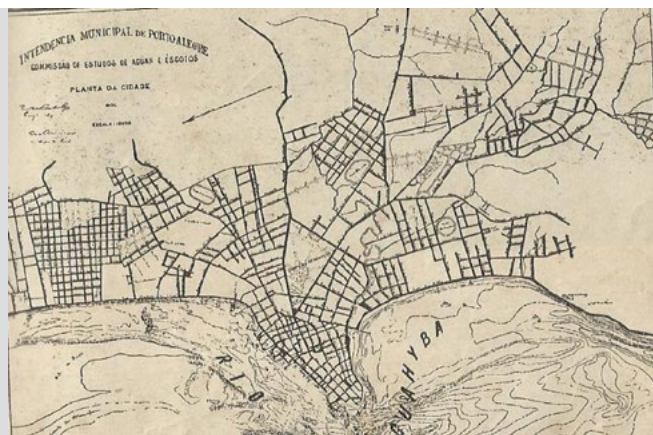


Figura 4 | *Planta de Porto Alegre*.
Fonte: LIMA (1911, p. 33)



Figura 5 | *Rio de Janeiro – Largo da Carioca*.
Fonte: Novaes (1912, p. 61)

desse período. O progresso industrial e agrícola eram concebidos como uma “vitrine do progresso” para o restante do mundo. Na figura 6 vemos a valorização da criação de gado selecionado sob princípios técnicos e científicos de produtividade:

miscigenação e do branqueamento, promovendo uma solução que perpassava por dentro do discurso científico e positivista do período. Nos livros didáticos, viu-se que as soluções adotadas pelos autores foram a escolha de uma dessas

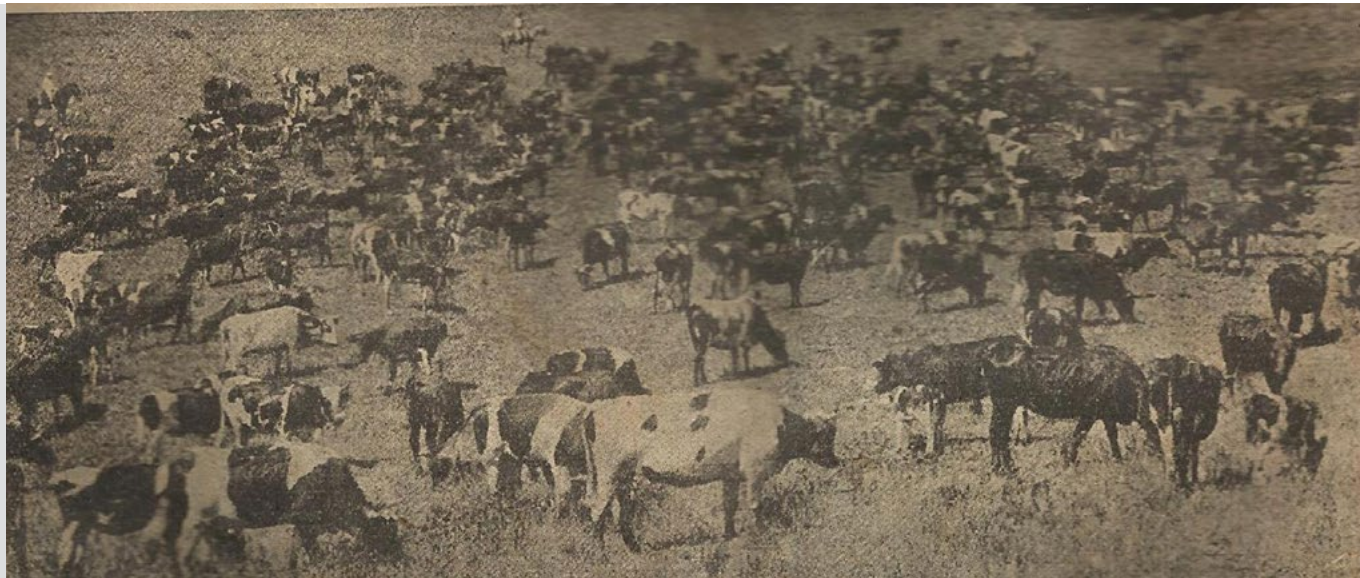


Figura 6 | *Rodeio de gado holandês.*

Fonte: Lima (1935, p. 101)

Nesse período, além da valorização da ciência, havia também uma valorização da racionalidade instrumental que daria forma à modernização. Assim, as novas técnicas deveriam ser empregadas na agricultura, na indústria, no comércio, enfim em todas as áreas da economia nacional para gerar um maior aproveitamento e lucratividade.

A categoria **Povo e Cidadania** foi subdividida em três tópicos:

1. *O Povo* - os elementos raciais da constituição do povo brasileiro: a questão da formação do que seria o povo brasileiro era de extrema importância para a definição da nacionalidade brasileira. Muitas foram as tentativas de unificar as particularidades históricas, regionais e ‘raciais’ em um único povo, que pudesse dar unidade ao sentimento de pertencimento. Estas tentativas passaram por um discurso culturalista que enfocava as particularidades de cada região e se omitia sobre a história, as teorias racialistas da

vertentes ou a proposição de um amálgama das teorias e discursos, bem ao estilo da miscigenação. Critérios como a língua e a religião, essenciais para a formação da nacionalidade, tornavam esse trabalho mais fácil aos autores, pois se assumia então, uma homogeneidade nesses dois critérios, mesmo sabendo-se não serem tão homogêneos assim. Hegemônicos, talvez sim. Ilustrações como a figura 7 eram comuns em muitos dos livros da época

2. *As dificuldades para a formação do Povo*: Nessas concepções, podem-se perceber as dificuldades existentes para a formação do povo brasileiro e da cidadania de todos os seus habitantes, agora sob o regime republicano. O indígena aparece romantizado, uma ascendência de um povo americano originário, mas poucas são suas influências naquele momento.

Já o elemento negro impõe uma questão constrangedora, muitas vezes tratada superficialmente, ou mesmo negligenciada, a escravidão. A mestiçagem com o negro não poderia ser negada, mas a sua cidadania sim.

O que se percebe na maioria dos livros



Figura 7 | *Raça Branca: um Grego; Raça amarella: um Chinez; Raça preta: negro d'Africa; Raça americana: Indio dos Estados Unidos.*

Fonte: Lacerda (1895, p. 20-21)

analisados é a presença das teorias racialistas da superioridade branca e da teoria da mestiçagem levando ao branqueamento. Esses dois ramos teóricos sobre a questão das raças desembocam, então, na superioridade do elemento branco, seja diretamente, ou indiretamente quando a mestiçagem aceita é a que leva ao branqueamento.

3. *A cidadania republicana e o panteão dos heróis*: a educação cívico-patriótica e cidadania republicana era muito valorizada pelo autores. Os livros didáticos deveriam transmitir às novas gerações a forma de funcionamento e os valores ligados a esse regime de governo, numa proposta de educação cidadã. A Instrução (sistema formal de ensino) é um desses valores e possui um tópico específico na maioria dos livros analisados. O progresso econômico deveria ser condição para o progresso intelectual, moral e cívico da

nacionalidade, e seria assegurado pela abertura de escolas e pelo compromisso com a instrução e com a difusão dos saberes científicos.

Abaixo as figuras 8 e 9 demonstram a valorização das personagens da República, tanto regionalmente quanto nacionalmente. Retratos de Anita Garibaldi (da Revolução dos Farrapos), Prudente de Moraes (primeiro presidente civil da república, de 1894 a 1898), José Bonifácio, Rodrigues Alves (presidente de 1902 a 1906), Carlos Gomes, Campos Salles, Castro Alves, Marechal Deodoro (proclamador da república e seu primeiro presidente), Floriano Peixoto (presidente da república “num agitado período de revoluções”), José de Alencar, Gonçalves Dias, Santos Dumont, Affonso Pena, entre outros. O busto de Tiradentes é o da imagem de barba e túnica (Figura 9), uma revitalização do mito e da independência. Na nota de rodapé: “Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um dos precursores da Independência. Tomou parte da Conjuração Mineira e foi martyrisado em 1790.” (LIMA, 1911, p. 86).



Figuras 8 e 9 | *Bento Gonçalves e Tiradentes.*
Fonte: Lima (1911, pp. 32 e 87)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, podemos então retornar à questão que a motivou: a ideologia nacional estaria presente nos livros didáticos de geografia e com eles estabeleceriam uma relação

interna? Constatamos que sim, pois como vimos os elementos considerados constituintes de uma nação estão todos presentes nos livros do período: o território, o povo, a língua, o passado comum, a religião. Cada um desses elementos foi destacado de forma a criar uma imagem da nação que se pretendia naquele momento. A afirmação da nação frente às outras, em um movimento de alteridade, mas também de pertencimento à sociedade moderna, também foi contemplado nos livros, e seu suporte era o ideal de civilização e progresso.

A formação da nação empreendida no período republicano em meio a debates delineou o que viria a ser o projeto de nação que se concretizaria no Estado Novo. Algumas destas proposições permanecem e ressoam até os dias atuais.

NOTAS

¹ Entendemos a ideologia enquanto um fenômeno social que estaria diretamente relacionado com o funcionamento das sociedades. A partir da crítica à ideologia como proposta por Eagleton (1997) conseguimos articular a dimensão da racionalidade e dos sistemas de crenças - relacionadas à questão epistemológica da verdade ou falsidade da ideologia - com sua dimensão afetiva, simbólica e inconsciente - relacionada às representações e aos sentidos presentes na vida cotidiana. Para isso consideramos a ideologia

como um fenômeno discursivo, ou seja, considerando sua materialidade como uma prática e ao mesmo tempo relacionando-a com a produção histórica de sentidos, significados.

² As referências teóricas sobre a questão nacional são encontradas em: Anderson (1989); Guibernau (1997); Hobsbawn & Ranger (2008); Hobsbawn (2008).

³ Neste artigo, consideramos o discurso o lugar em que as ideologias adquirem materialidade, embora esta se dê também através de símbolos, rituais e outras formas. O discurso é entendido não somente enquanto linguagem, mas como um conjunto de formulações que engloba não só a linguagem, lidando também com os processos de significação (BAKHTIN, 1990; ORLANDI, 2009).

⁴ Para a construção do contexto histórico da construção da nação e do Estado-Nação no período colonial, imperial e republicano brasileiros utilizamos como referencial teórico: Carvalho (1990; 2007); Chauí (2000); Dolhnikoff (2003); Dutra (2005); Gomes (2009); Jancsó & Pimenta (2000); Magnoli (1997); Moraes (1988; 2005).

⁵ Sobre a educação neste período ver: Haidar (2008); e Veiga (2007).

⁶ Sobre a geografia deste período: Ferraz (1994); Lourenço (1996); Pereira (1993); Rocha (1994; 2009).

⁷ Sobre a pesquisa em livros didáticos recomendamos a leitura de: Choppin (2004). Sobre os livros didáticos no Brasil: Bittencourt (2008).

⁸ Tais trechos possuem importância para a construção do conhecimento geográfico, mas devido à multiplicidade de possibilidades de análises desses conteúdos, a análise deteve-se ao objetivo da pesquisa. As partes que tratam de cosmographia, por exemplo, por se referirem à Terra e seus movimentos, foram desconsideradas nesta pesquisa.

⁹ Lourenço (1996).

OBRAS DIDÁTICAS DE REFERÊNCIA DA PESQUISA

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Geographia do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.

LACERDA, J. M.. **Curso Methodico de Geographia Physica, Política e Astronômica**: Composto para uso das Escolas Brasileiras. 6ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1895.

LIMA, Affonso Guerreiro. **Noções de Geografia do Rio grande do Sul, Brazil e Globo Terrestre**. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia, 1911.

LIMA, Affonso Guerreiro. **Noções de Geografia**: Curso complementar – I Parte. 7ª ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

NOVAES, Carlos de. **Geographia especial ou Chorographia do Brazil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, Aillaud, Alves & Cia, 1912.

SCROSOPPI, Horacio. **Lições de Chorographia do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Casa Duprat, 1922.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- _____. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. **Geographia do Brasil: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira República**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8VMFBQ/geographia_do_brazil__carvalho__naiemer.pdf?sequence=4> Acesso em: 30 mar. 2014.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István. **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec / Ed. Unijuí / Fapesp, 2003. p. 431-468.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Alamanque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: EdUNESP / Boitempo, 1997.
- FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – 1913 a 1942**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-FFLCH, USP, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): formação, histórias**. São Paulo: Senac, 2000. p. 127-175.
- LOURENÇO, Claudinei. **A natureza no ensino de Geografia de 1º e 2º graus: perguntas ao passado**. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. São Paulo: EdUnesp / Moderna, 1997.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume: 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: EdUFSC, 1993.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. Por uma Geografia moderna na sala de aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de geografia no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, n. 15, p. 75- 94, 2009.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.